

Sexta-Feira, 08 de Maio de 2026

Botelho admite criar lei para confiscar terras de quem cometer crime ambiental em MT

Punição rigorosa

Redação do rufa

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Eduardo Botelho, trouxe à tona a ideia de criar um projeto de lei para tirar a terra de quem comete crime ambiental. Essa proposta ganhou destaque após o caso chocante do fazendeiro que desmatou 80 mil hectares no Pantanal, onde o desmatamento total atingiu 81 mil hectares. A multa aplicada nesse caso chegou a quase 3 bilhões, evidenciando a gravidade da situação. O governador Mauro Mendes apoiou a ideia, afirmando que uma das formas de evitar que tais crimes ocorram seria confiscar as terras daqueles que os cometem. Essa posição é respaldada pela modernização do trabalho ambiental em curso no estado, o que torna mais fácil detectar e punir tais transgressões. A proposta recebeu apoio da comunidade, que vê nela uma forma de desencorajar comportamentos destrutivos contra o meio ambiente. Embora ainda não haja uma lei específica que preveja o perdimento de terras em casos de crimes ambientais, a discussão está em pauta. Eduardo Botelho destaca a importância de estudar essa possibilidade e até mesmo de criar legislação para punir severamente aqueles que causam danos irreparáveis à natureza.

